



Brasília, 5 de setembro de 2022.

RECURSO PREVISTO PARA O ORÇAMENTO DE 2023 NÃO COBRE A RECOMPOSIÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

A DN FASUBRA, em conjunto com representação das entidades que compõem o FONASEFE, reuniu-se na quarta-feira (31/8) com a assessoria do senador Marcelo Castro (MDB/PI), relator-geral da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2023, para tratar sobre o orçamento reservado para a recomposição salarial das servidoras e dos servidores públicos federais. Representando o senador estiveram presentes: José Guimarães e o assessor técnico Romero Arruda. Bolsonaro encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, na mesma tarde do dia 31. Vários analistas econômicos afirmam que a proposta apresentada pelo governo não atenderá à reivindicação dos servidores públicos de recomposição salarial, e nem resolve a questão da manutenção do atual valor do auxílio Brasil para 2023. Para o funcionalismo estão previstos R\$14,2 bilhões, desses R\$11,6 bi para servidores lotados no Poder Executivo, incluído o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). O valor previsto é insuficiente para garantir até mesmo os 5% de reajuste linear, prometidos ainda este ano por Bolsonaro. Além disso, a proposta não prevê a correção na tabela do Imposto de Renda, o que também vai afetar diretamente servidores que só nos quatro anos de governo Bolsonaro irão acumular perdas salariais superiores a 32%. O governo também diminuiu a parte do orçamento da união para o meio ambiente, que receberá R\$163 milhões a menos, além de algumas outras pastas e programas como o de combate ao racismo e a violência contra mulheres, que não têm nenhuma previsão de recursos para 2023. Isso demonstra a política de inversão do papel do Estado em termos de investimento. Ou seja, menos verbas para políticas públicas, educacionais, saúde e meio ambiente e mais verbas para os órgãos de controles sociais e militares. A prioridade de Bolsonaro não são as políticas públicas e sim a segurança e os militares. Diante desta realidade as entidades que compõem o FONASEFE entendem que é necessário intensificar a mobilização dos SPFs junto aos parlamentares após as eleições, período em que tramitará a peça orçamentária no Congresso, para que seja garantido o orçamento para a recomposição no próximo ano. Além disso, é necessário intensificar as mobilizações nas ruas, os atos dos dias 7 e 10 de setembro - O Grito dos Excluídos e Fora Bolsonaro em defesa da Democracia serão fundamentais para mostrar a força da mobilização dos trabalhadores em defesa da recomposição salarial. Outro fator importante é intensificar a campanha em defesa da eleição de Lula e parlamentares do campo da esquerda. Embora as pesquisas eleitorais apontem um favoritismo de Lula à frente nas pesquisas, a vitória não está garantida. Apesar do desgaste de Bolsonaro, com as denúncias de corrupção sobre a compra de 51 mansões em dinheiro vivo, ele conseguiu retirar a vantagem no Rio de Janeiro e em São Paulo. Bolsonaro usa a máquina para sua campanha, o pacote de "bondades" ainda não fez efeito na campanha. Bolsonaro e seus aliados golpistas tentarão jogar peso no desfile cívico militar do dia da Proclamação da Independência, é importante ocupar as ruas para denunciar a corrupção do clã Bolsonaro. A bandeira apontada pelas entidades que compõem o FONASEFE é DERROTAR BOLSONARO NAS RUAS E URNAS e para isso é fundamental que se crie as condições a partir das mobilizações vindas das ruas e a consolidação da derrota de Bolsonaro dia 02 de outubro nas urnas. A vitória de Lula no primeiro turno diminui a



possibilidade de Bolsonaro querer aplicar uma movimentação “ala Trump” no Brasil e garante a legitimidade da posse de Lula no dia 1º de janeiro de 2023. Diante disso, a DN FASUBRA orienta as entidades de base a participarem das mobilizações de setembro - do dia 7 e 10 de setembro - O Grito dos Excluídos e o Fora Bolsonaro em defesa da Democracia, além da leitura da carta em defesa do serviço público no dia 14 e da constituição de comitês pró-candidatura de Lula para derrotar Bolsonaro e o Bolsonarismo nas RUAS e nas URNAS!

IN 62 GOVERNO DESCUMPRE A LEI E ATACA OS SERVIDORES

IN 62/2022: novo ataque aos servidores(as) altera progressão funcional e promoção

O governo de Bolsonaro ataca novamente a classe trabalhadora do serviço público federal. Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), na última quarta-feira (31/8), a IN (Instrução Normativa) nº 62, de 29 de agosto de 2022, alterando a concessão de progressão funcional e promoção dos servidores e servidoras. A FASUBRA Sindical já solicitou reunião com o MEC e também com a Andifes para tratar do assunto. Além disso, a Assessoria Jurídica da Federação elaborou um parecer jurídico. Confira: <https://bit.ly/3qdMMSM>.

Conforme o Art. 2º, inciso II, que trata dos servidores do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), a IN estabelece:

a) progressão por capacitação profissional: mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, nos termos da tabela constante do Anexo III da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; e

b) progressão por mérito profissional: mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada dois anos de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

A IN 62/2022, portanto, não pode modificar o PCCTAE, alterando de 18 para 24 meses o interstício para progressão por mérito dos TAEs. Desde a posse do governo Bolsonaro a DN FASUBRA Sindical tem tentado debater a racionalização da carreira e outros avanços da categoria, porém o MEC não recebe a DN para debater esse tema e o governo impõe sua política por meio de INs.

Para a DN FASUBRA, a IN 62/22 descumpra a Lei e ataca mais uma vez os direitos dos servidores e servidoras, em especial, dos técnico-administrativos(as). Um governo que não negocia recomposição salarial e nem pauta específica, mas retira direitos. A DN FASUBRA manterá a pressão junto ao MEC para que reveja essa IN e também se necessário irá à justiça contra mais essa atitude arbitrária de Bolsonaro e seus ministros Paulo Guedes e Victor Godoy.

Veja a IN na íntegra: <https://bit.ly/3wXpMLs>.



- **EM TEMPO:** A DN FASUBRA POR MEIO DA ASSESSORIA JURÍDICA DISPONIBILIZARÁ POR EMAIL PARA SUAS ENTIDADES DE BASE O PARECER REFERENTE A IN 62/22.

ORIENTAÇÃO DA CAMPANHA FORA BOLSONARO

A Campanha Fora Bolsonaro **orienta organizações e movimentos a construírem ações em todo o Brasil no sábado, 10 de setembro, em defesa da democracia, de eleições livres e pelo fim do governo Bolsonaro**, conforme [calendário de lutas](#) divulgado em 26 de julho. No universo de movimentos, militantes e partidos políticos que constroem a campanha estão presentes apoiadores de várias candidaturas oposicionistas. O dia das eleições se aproxima e a importância do voto popular para concretizar a derrota do governo da destruição nacional é fundamental. Sendo assim, consideramos natural que ocorram manifestações vinculadas ao apoio a cada uma destas candidaturas no dia 10 de setembro.



Seguimos nas ruas, em luta, até a vitória do projeto popular!
Campanha Fora Bolsonaro, 31.08.2022

CARTA ÀS BRASILEIRAS E BRASILEIROS EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO, DAS SERVIDORAS E SERVIDORES PÚBLICOS

O serviço público no Brasil começa a ser estruturado desde 1808, porém a sua consolidação e reconhecimento se dá a passos lentos. A partir de 1939 com a aprovação do decreto 1713/39 o trabalho no serviço público recebe sua primeira regulamentação. Mesmo assim, tornam-se comuns práticas de clientelismo e apadrinhamento político para ingresso de servidoras e servidores no serviço público. Somente com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, é que a regulamentação do trabalho ganha novas configurações como, por exemplo, a estabilidade de servidoras e servidores, direito da população, pois garante imparcialidade e impessoalidade para defender os direitos de todos e todas, e a exigência de concurso para ingresso no serviço público. É importante destacar que são os serviços públicos que concretizam direitos sociais para a população. É por meio do serviço público que saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança e tantas outras necessidades da classe trabalhadora e do povo pobre se tornam direitos conquistados. Mesmo o serviço público tendo essa relevância para a população, em especial, o povo



mais pobre, diversas contrarreformas que retiram direitos já foram realizadas no Brasil. Nesse país continental, os serviços públicos são cada vez mais imprescindíveis para garantir inclusive a sobrevivência do nosso povo. Como afirmou a carta do povo brasileiro em defesa da democracia, neste parágrafo: “Vivemos em um país de profundas desigualdades sociais, com carências em serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança pública. Temos muito a caminhar no desenvolvimento das nossas potencialidades econômicas de forma sustentável. O Estado apresenta-se ineficiente diante dos seus inúmeros desafios. Pleitos por maior respeito e igualdade de condições em matéria de raça, gênero e orientação sexual ainda estão longe de ser atendidos com a devida plenitude. É preciso revogar a EC 95, que congela investimentos sociais e libera recursos do Fundo Único para o pagamento de juros e amortizações da dívida com os bancos. Também é importante realizar uma auditoria da dívida, revogar a contrarreforma trabalhista que retira direitos históricos da classe trabalhadora e a contrarreforma da previdência, colocando o país numa escalada de violência contra as populações LGBTQIA+, indígenas, trabalhadores rurais e de retirada de direitos. Atualmente, a PEC 32, de iniciativa do governo Bolsonaro, com o argumento de diminuir o papel do Estado, é a principal tentativa de desmonte do serviço público. Além de outras questões essa proposta de “Reforma” Administrativa na lógica bolsonarista de aprofundamento do estado neoliberal com precarização dos serviços públicos, terceirização, corte de direitos antecipando os ataques da reforma administrativa, assim como propicia o retorno ao sistema anterior de ingresso no serviço público por indicação e não por concurso público. Esse governo é responsável também pelo congelamento dos salários de servidoras e servidores públicos federais, em um período de inflação recorde em um só governo neste século.

CALENDÁRIO	
SETEMBRO	
05	Dia a Amazônia
07	Grito das Excluídas e Excluídos
10	Ato Fora Bolsonaro em Defesa da Democracia
14	Ato de leitura da Carta em Defesa do Serviço Público
27	Reunião Virtual da coordenação da Mulher Trabalhadora da FASUBRA com as Coordenadoras das Entidades de Base.